



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

Sessão Semi-plenária: Território(s) e Desigualdades Sociais

REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS: “EFEITO TERRITÓRIO” E “EFEITOS DE LUGAR”

MADUREIRA PINTO, José

Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia e Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, jmp@fep.up.pt

Resumo

Este texto explora alguns elementos e cruzamentos conceptuais constantes dum quadro-guião utilizado numa intervenção oral dedicada ao tema *Território(s) e Desigualdades Sociais* que o autor apresentou no âmbito do IX Congresso Português de Sociologia. O quadro está organizado de modo a identificar horizontalmente um conjunto de tópicos que se presumem relevantes na perspetiva de uma análise da reprodução das desigualdades que tenha em conta a dimensão espacial dos fenómenos sociais. Consideraram-se três grandes blocos temáticos - (i) Morfologia, mobilidade, povoamento; (ii) “Ordem da interação” e “agência”; (iii) Memória coletiva, simbolização, mobilização política -, tentando mostrar, relativamente a cada um dos tópicos ilustrativos neles incluídos, que as abordagens ao alcance da sociologia nestes domínios são assaz sensíveis a um atributo a que, à falta de melhor designação, aqui se chama “intensidade de problematização”. Espera-se alcançar, com o exercício proposto, um conjunto de sugestões úteis para uma abordagem simultaneamente criativa e realista do espaço físico enquanto problema sociológico. O facto de nele se transgredirem, de forma controlada, fronteiras disciplinares convencionais pode, aliás, contribuir para tornar mais plausível tal pretensão.

Abstract

This text deals with a set of conceptual nexus included in a schema the author has used in an oral presentation on *Territories and Social Inequalities* at the IX Portuguese Congress of Sociology. The document identifies three thematic blocks considered relevant for an analysis of the reproduction of inequalities that takes in account the spatial dimension of social phenomena: (i) Morphology, mobility, demographic patterns; (ii) “Interaction order” and “agency”; (iii) Collective memory, symbolization, political mobilization. It was additionally considered that, for each of the illustrative topics included on those blocks, the available sociological questioning is currently influenced by what we may call – in the absence of a better terminological alternative – “problematization intensity”. Following such a perspective, several suggestions for a creative, and simultaneously realistic, analysis of physical space as a sociological problem are presented. The fact that such an exercise deliberately transgresses, in a methodic way, many obsolete disciplinary frontiers makes eventually more plausible such a pretention.

Palavras-chave: "[clique aqui e insira até 5 palavras-chave, separadas por ponto e vírgula]"

Keywords: "[clique aqui e insira até 5 palavras-chave, separadas por ponto e vírgula]"

1. Nota prévia

O quadro que seguidamente se apresenta corresponde ao guião da intervenção oral com que participei na “Sessão Semi-plenária” do IX Congresso Português de Sociologia dedicada ao tema *Território(s) e Desigualdades Sociais*. Sob o título *Reprodução de desigualdades sociais: o “efeito território” e os “efeitos de lugar”*, procurei registar nesse documento alguns tópicos que, não obstante o seu carácter eminentemente ilustrativo e alusivo, pudessem orientar de forma útil quer a exposição oral em causa, quer a discussão que, não obstante o escasso tempo disponível para o efeito, ela pudesse vir a desencadear.

Sem qualquer pretensão de compensar, no memorando escrito que se segue, a evidente e assumida incompletude da comunicação original, avançam-se ainda assim algumas observações que possam ajudar a clarificar a lógica global da argumentação então expandida, bem como a encontrar a margem de heurística teórica que desejavelmente estará ao alcance dos elementos e cruzamentos incluídos no quadro-guião proposto.

Reprodução de desigualdades sociais: o “efeito território” e os “efeitos de lugar”

O espaço físico como problema sociológico

	<u>Intensidade 1</u>	<u>Intensidade 2</u>
I - Morfologia, mobilidade, povoamento		
Recurso/objeto de trabalho	Paisagem agrária “humanizada”	Dimensão classista da fertilidade dos solos
Habitat/edificado	Tendências de ocupação do território	Mercado de habitação como construção política
Espaço de mobilidade	“Redução do atrito territorial”	Fragmentação das classes populares por desvinculação territorial; circular para “ficar”; redes de recrutamento/precarização de força de trabalho
II - “Ordem da interacção” e “agência”		
Indutor prático-cognitivo	“Affordances”	Attunement to constraints” (<i>conatus</i> , histerese de habitus)
Indutor de sociabilidades	Padrões de interacção	Solidariedades/antagonismos de vizinhança, tensões anómicas; “capital de autoctonia”
Referente/vinculo identitário	Auto-referenciação; “pertença”	O peso do lugar”; “nós/outros”; ”insiders/outsidere”
III - Memória coletiva, simbolização, mobilização política		
Referente simbólico-ideológico	Memória-hábito	Memória coletiva (meta-memória); mitificação, estigmatização, demonização dos territórios
Enjeu político	Políticas territoriais	Lutas sociais pelo direito à habitação, à preservação de lugares, à qualidade ambiental

2. Enquadramento

Começamos com uma referência às expressões “efeito território” e “efeitos de lugar”, constantes do título da comunicação, as quais, por invocarem explicitamente, a propósito do processo de produção e reprodução de desigualdades, o peso específico que nele assume a dimensão físico-espacial dos fenómenos sociais, constituem uma primeira chave para a apreensão, em termos panorâmicos, do tipo de problemas aqui em causa.

A primeira daquelas expressões foi expressamente assumida entre nós por Renato Miguel do Carmo e Frederico Cantante num texto, incluído no volume *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, organizado pelo primeiro, que se intitula “Múltiplas dualidades: o efeito território nas desigualdades de remuneração” (Carmo e Cantante, 2010). Está em causa, nessas páginas, revelar, através de um exame metucioso de regularidades estatísticas sobre distribuição territorial de rendimentos, o “efeito exponenciador” que “a variável território” tem sobre as “desigualdades inter-regionais e, também, intrarregionais”.

Já a expressão “efeitos de lugar” corresponde ao título de abertura (Effets de lieu) de uma secção de *La misère du monde*, obra dirigida por Pierre Bourdieu, onde este se propõe problematizar “as relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico”, afirmando, entre muitas outras coisas, com desarmante simplicidade, que “Uma parte da *inércia* das estruturas do espaço social resulta do facto de elas estarem inscritas no espaço físico e não poderem ser modificadas a não ser à custa de um *trabalho de transplantação*, de uma mudança de sítio (*déménagement*) das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação das pessoas, as quais pressuporiam elas próprias transformações sociais extremamente difíceis e custosas” (Bourdieu, 1993, p. 164).

Para permitir desenvolver de forma relativamente integrada o tema proposto, optou-se por organizar graficamente o guião nos seguintes termos: (i) inventariação, à esquerda do quadro, de um conjunto de manifestações do papel irredutível que o espaço físico-material assume, ainda que de forma indireta e simbolicamente mediada, no processo de reprodução das desigualdades sociais (de recurso/objeto de trabalho a “enjeu” político, passando por indutor de sociabilidades, referente identitário, etc.); (ii) ilustração, tanto quanto possível sistemática, nas partes central e direita do quadro, do tipo de preocupações, questões e análises (eventualmente com alcance interdisciplinar) que as mesmas têm suscitado no campo da Sociologia.

É por referência ao conjunto de elementos e cruzamentos conceptuais contemplados no quadro que surge e encontra justificação o subtítulo e objetivo tácito que para ele elegemos: *O espaço físico como problema sociológico*.

3. Grandes eixos interpretativos

Dentro da organização geral indicada, o guião-matriz que estamos a comentar é estruturado segundo dois eixos: um *eixo horizontal*, que sistematiza grandes áreas problemáticas tradicionalmente estudadas pela Sociologia e as Ciências Sociais em geral, no âmbito das quais se localizam as expressões da dimensão espacial da vida social consideradas; e um *eixo vertical*, que, assumindo a diversidade, eventualmente conflitual, entre modos de problematização e abordagens teórico-metodológicas neste domínio do conhecimento, assinala, à falta de melhor designação, “intensidades de problematização” diferenciadas.

Horizontalmente, o quadro surge então subdividido em três secções temáticas: **I – Morfologia, mobilidade, povoamento; II - “Ordem da interação” e “agência”; III – Memória coletiva, simbolização, mobilização política**. Simplificando, dir-se-á que a primeira secção remete globalmente para a dimensão “infraestrutural” das formações sociais (a qual, justificando plenamente uma abordagem especificamente sociológica, tem sido convencionalmente associada sobretudo ao objeto das, apesar de tudo “mais duras”, Economia, Geografia ou Demografia); já a terceira secção, eminentemente “superestrutural”, e, bem assim, a segunda, mais próxima da engrenagem em que interação e sociabilidades se transmutam em mecanismo mais

ou menos insidioso de reprodução social, correspondem a domínios mais facilmente reconhecidos como sociológicos, não sem que deles também se reivindicuem, e com toda a legitimidade, disciplinas igualmente “moles” como as Ciências da Linguagem, a Etnografia/Antropologia ou mesmo a “suspeita” Psicologia.

Quanto à utilização do atributo “**Intensidade de problematização**” como fundamento de parte importante da segmentação vertical do guião, o que com ela se pretendeu foi contrapor duas modalidades de abordagem dos fenómenos sociais em causa: uma, para a qual reservámos a expressão “**Intensidade 1**”, que se apoia numa visão predominantemente descritivo-funcional e estática dos processos sociais; e uma outra, dita de “**Intensidade 2**”, que tende a concentrar a atenção na estrutura de relações de força que, por intermédio de um acesso desigual a recursos económicos, culturais, sociais e políticos, se considera condicionar tanto as práticas individuais e coletivas como os modos como contraditoriamente se institucionalizam e transformam. Sem querer entrar em considerações aprofundadas sobre as razões de ser e as consequências epistemológicas da conflitualidade teórico-ideológica que reconhecidamente percorre esta área do conhecimento, dir-se-á apenas, nesta altura, que, enquanto a primeira abordagem, procurando referenciar conjunções notáveis de acontecimentos, tende a consumir-se na identificação e cruzamento de variáveis – o que aliás lhe permite frequentemente objetivar dimensões e regularidades insuspeitadas dos factos sociais -, já a segunda, em contraste com o “realismo empírico” da anterior, assume que “o mundo é composto não apenas por acontecimentos e pela nossa experiência ou impressão acerca deles, mas também por (irreduzíveis) estruturas e mecanismos, poderes e tendências, etc., que, embora não sendo porventura diretamente observáveis, subjazem ainda assim aos acontecimentos efetivos que experienciamos e que os governam ou produzem” (Lawson, 1994, p. 262). A insistente atenção concedida na sociologia portuguesa à componente classista dos fenómenos sociais, portanto também às múltiplas incidências (económicas, escolares, culturais, políticas, estatutárias...) das desigualdades, tem estado na base da saudável inclinação por ela manifestada para, também a propósito da componente físico-espacial, multiplicar abordagens com “intensidade 2”. A obra de autoria de João Ferreira de Almeida, *Classes sociais nos campos*, que se tornou referência teórica matricial na sociologia portuguesa, bem como, do mesmo autor, *Desigualdades e perspetivas dos cidadãos*, publicada cerca de três décadas depois, podem ser tomadas como expressão luminosa da fecundidade e resiliência (auto)crítica daquela orientação epistemológica (Almeida, 1986, 2013).

4. Morfologia, mobilidade e povoamento

Começando a percorrer ordenadamente os itens registados no quadro, teremos, logo na primeira linha do bloco dedicado às questões de “Morfologia, mobilidade, povoamento”, um exemplo expressivo do diferencial de conhecimento resultante da transição de abordagens da dimensão espacial dos fenómenos sociais de “Intensidade 1” para outras de “Intensidade 2”. Na verdade, estando em causa, aqui, mostrar de que modo o espaço físico-material (concretamente, o recurso/objeto de trabalho natural por excelência que é o solo agrícola) pode e deve ser pensado enquanto problema sociológico, o que sugerimos, através da menção “dimensão classista da fertilidade dos solos” (em contraponto com a ideia, igualmente inspiradora, mas porventura menos fecunda no plano teórico, de construção social/humanização da paisagem agrária), é que essa fertilidade, bem como outras propriedades dos solos agroflorestais, são sempre o produto acumulado de configurações históricas de relações de produção, nomeadamente as que, na agricultura, se estruturam, como relações de força económicas, simbólicas e políticas, em torno da combinatória entre formas de exploração (conta própria, arrendamento), por um lado, e tipos de exploração (patronais, familiares perfeitas, familiares imperfeitas), por outro. Num artigo de Claude Reboul sobre as condicionantes sociais da fertilidade (e da secura) dos solos agrícolas (entendidas como “capital húmico”), publicado há já cerca de quarenta anos nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (Reboul, 1977), encontrar-se-á uma ilustração pioneira do que pode ser uma problematização sociológica do objeto de trabalho da agricultura com “Intensidade 2”.

A problematização dos aspetos relacionados com o habitat e o edificado, por um lado, e com o espaço de mobilidade, por outro (segunda e terceira linhas do quadro), tem beneficiado de forma significativa de todas as análises que, circunscrevendo com rigor grandes tendências de ocupação e organização do espaço e de “redução do atrito territorial”, nos deram a conhecer as principais incidências de processos como a litoralização e polarização do sistema urbano, a consolidação de assimetrias regionais e intrarregionais, a reconfiguração dos padrões migratórios e das bacias de emprego – todas elas decisivas para a compreensão da reprodução das desigualdades sociais em Portugal. Ora, o que, mais uma vez, e de novo a título meramente ilustrativo, se procura assinalar no guião é que a passagem para um modo de problematização de “Intensidade 2” permite, a este propósito, uma abertura de outras perspetivas teóricas que vale a pena explorar.

Pensar o mercado de habitação como “construção política” é um exemplo desse tipo de abertura. Trata-se, antes de mais, de perceber que a produção social do habitat, além de depender fortemente da estrutura da propriedade fundiária, não é indiferente aos fundamentos e diversidade socio-espacial dos modos de provisão de habitação (provisão pelas empresas, pelo Estado, pelas famílias) (Pinto, 2012). Trata-se, por outro lado, de não perder de vista o papel crítico que o Estado, por ação ou omissão, sempre tem na estruturação do campo da construção civil e na configuração do mercado imobiliário (Bourdieu, 2000). Está em causa, finalmente, reconhecer de que modo a história da relação do Estado com as reivindicações e movimentos sociais protagonizados pelas “classes perigosas” em torno do direito a um alojamento decente ” se inscreveu, uma vez mais por ação ou omissão, na configuração/segmentação do espaço habitado, e, por essa via, nas lógicas de produção e reprodução de desigualdades sociais (Pereira e Queirós, 2008).

Procurando ilustrar até que ponto as questões relativas ao “espaço de mobilidade” podem ser repensadas num patamar de problematização e abertura teórica que ultrapasse o registo, descritivo e técnico-funcional, da “redução do atrito territorial”, reteremos três exemplos.

O primeiro, a que corresponde a fórmula “Fragmentação das classes populares por desvinculação territorial”, inspira-se num conjunto de estudos sociológicos sobre recomposição dos processos de socialização familiar e de vizinhança em meio popular que, sem deixarem de contemplar a possibilidade de o confinamento residencial das classes populares se tornar um recurso, têm sublinhado de que modo as mudanças em termos de acesso a meios de circulação e mobilidade espacial vêm contribuindo, através da reconfiguração do habitat, para a fragmentação, desvinculação identitária e desmobilização política das mesmas classes. Encontrar-se-á uma visão sintética, mas muito abrangente, da inspiradora literatura francesa que se tem ocupado desta questão em Siblot, Cartier, Coutant, Masclet e Renahy (2015).

A segunda ilustração, a que corresponde a menção “circular para ‘ficar’” proposta por Renato do Carmo, alude a fenómenos de mobilidade espacial e de reconfiguração de bacias de emprego tornados possíveis pela expansão e densificação das infraestruturas de circulação: é o caso do alargamento do raio de migrações pendulares ligadas ao trabalho, nomeadamente as que, como no caso da Construção Civil, envolvem itinerância (Pinto e Queirós, 2010), mas também o da intensificação de deslocações motivadas pelo consumo por parte de grupos sociais espacialmente confinados, com o correspondente efeito de conformação a lógicas eminentemente consumistas (Carmo, 2014). Problematizar este último ponto a partir de uma reformulação da célebre trilogia de Albert Hirschmann (*exit/voice/loyalty*), em especial do seu discreto e relativamente pouco teorizado terceiro termo (Hirschmann, 1970, 1986) – eis um desafio que, a este propósito, apetece delinear.

O terceiro tópico com que, no quadro, se pretende ilustrar o alcance analítica de uma problematização com “intensidade 2” das questões da mobilidade espacial remete para o fenómeno da flexibilização e internacionalização da economia e a correspondente extensão de processos de desregulação laboral, assinalando, mais especificamente, a tendência, associada ao mesmo fenómeno, para conciliar trabalho precário com estadias precárias nos locais de destino. Sendo esta conciliação um traço essencial do chamado modelo *just-in-time* das migrações de massa, ela surge também, aos olhos dos que veem na “imigração sem imigrantes” a fórmula “ideal” dos ajustamentos transnacionais entre oferta e procura de força de trabalho, um modelo de atuação política a privilegiar (Rea e Tripier, 2008: 39; Pinto, 2014: 26-33). O campo

(internacionalizado) da Construção Civil tem-se revelado, também a este respeito, como um espaço privilegiado de observação (Monteiro e Queirós, 2009).

5. “Ordem da interação” e “agência”

Sob a menção “‘Ordem da interação’ e ‘agência’”, o quadro passa a circunscrever um conjunto de manifestações da dimensão físico-espacial dos fenómenos sociais relativas, não tanto, como até aqui, a grandes enquadramentos societais (económicos, demográficos, políticos), mas sobretudo ao momento, mais próximo das vicissitudes das práticas e interações individuais, através do qual as propriedades estruturais do social se reproduzem (e transformam). Coube, como se sabe, a Erving Goffman o mérito de promover e fazer reconhecer a dinâmica das relações face a face como um domínio sociológico não apenas viável como analiticamente muito fecundo. Sem deixar de insistir no facto de a “ordem da interação” não ser independente de outras “ordens” (“estruturas sociais”, “atributos estruturais”, “elementos macrosociológicos”), a verdade é que, segundo Goffman, a situação de interação, ao fornecer o “teatro natural” no qual as demonstrações corporais são simultaneamente apercebidas, desempenhadas e reconhecidas, nunca deixa de influenciar específica e indelevelmente os atos da vida quotidiana (Goffman, 1983).

Nesta perspetiva, as propriedades do espaço físico-material atuam, desde logo, tanto como indutor prático-cognitivo da ação, quanto como organizador tácito de sociabilidades.

“*Affordances*”, expressão que associamos ao tipo de problematização com “Intensidade 1” da primeira de tais modalidades, remete para um conceito que tem sido utilizado nas abordagens “ecológicas” da psicologia da perceção para, justamente, dar conta das propriedades relativamente invariantes do “mundo exterior” cuja descodificação se considera indispensável à apropriação percetiva da situação de interação (Gleitman, 1999, Cap. 6; Harris, 1995). Ora, se, a idêntico propósito, quisermos assinalar o facto de o ajustamento aos constrangimentos “expostos” pela situação de interação não ser nunca socialmente neutro, antes sim, incontornavelmente determinado por sistemas disposicionais com marca classista e, nessa medida, sempre algo contraditório, instável e precário, então faz sentido pensá-lo enquanto “*attunement to constraints*” (Barwise e Perry, 1983).

É num quadro problemático deste tipo que pode inserir-se o par conceptual *conatus/histerese* de habitus, trabalhado por Pierre Bourdieu. Enquanto a primeira noção remete para situações de harmonização interacional tácita, indutora de consensos prático-simbólicos quase-automáticos, já a segunda chama a atenção para a eventualidade de a “ordem da interação” ser atravessada por desajustamentos, equívocos ou mesmo colisões não só entre os sistemas de disposições e categorias de pensamento incorporados (de forma tendencialmente dessincronizada) pelos agentes, como entre esses mesmos sistemas e a estrutura de constrangimentos, oportunidades e *enjeux* inscritos nos cenários da interação (Hardy, 2008; Fuller, 2008).

Na tradição dos estudos monográficos locais, sempre foi grande, como se sabe, a tendência para associar intimamente (senão mesmo assimilar) interconhecimento, sociabilidades densas e solidariedades de vizinhança. Ora, uma intensificação da problematização sociológica das relações sociais locais que, além de ter em conta o modo como nelas se projetam distinções e desigualdades com fundamento classista, pondere, nos termos anteriormente propostos, a potencial conflitualidade simbólico-ideológica que lhes está associada, não pode senão conduzir, neste domínio, a uma estimulante abertura de perspetivas. Ela torna visíveis e permite aperfeiçoar a apreensão metódica de fenómenos tais como a emergência de antagonismos de vizinhança em contextos socio-espaciais alegadamente integrados, o isolamento socialmente seletivo em territórios confinados, a erosão das “condições de felicidade” fundadoras da ordem da intercomunicação de proximidade, o declínio dos rituais de convivialidade no espaço público, para não falar das próprias tensões anómicas (que são também, por vezes, lutas simbólicas autodestrutivas) inscritas duravelmente em tecidos sociais locais (Pinto, 1981; Pereira e Pinto, 2012).

É ainda a pensar nas implicações de uma problematização do espaço físico como indutor de sociabilidades que tem vindo a ser desenvolvido o conceito de “capital de autoctonia”, combinação peculiar de capital social e capital simbólico, que, sendo adquirida e reproduzida essencialmente através da implicação nas redes de sociabilidade local, confere aos seus detentores prestígio e poder efetivo na comunidade (Retière, 2003). Permitindo recuperar a problemática do “poder dos notáveis” e respetiva “metamorfose”, outrora muito abordada pela sociologia rural, a noção de capital de autoctonia tem-se revelado ainda muito útil para analisar o processo de acumulação de recursos simbólicos e de aquisição de capacidade de controlo e influência sobre o espaço local ao alcance das classes populares.

A relação de adaptação prático-cognitiva às condições físico-espaciais de existência e as dinâmicas de sociabilidade por ela induzidas e estruturadas não se esgotam no plano meramente funcional. Elas repercutem-se sempre, por via do processo de socialização que espontaneamente instauram, no modo como os agentes sociais percebem e avaliam a sua própria condição e a dos outros, isto é, no plano da construção das identidades. Processo complexo, deve dizer-se, já que, para além das componentes diretamente ligadas às lógicas práticas da interação - vinculação aos lugares, sentido de pertença (identificação); sinalização espontânea de diferenças e fronteiras sociais (identização) -, nele se incluem outras bem mais elaboradas operações de produção de sentido (Pinto, 2000: 7-18). Muito próximas do universo simbólico dos mitos e ideologias, justifica-se que as situemos aqui por referência ao conjunto de cruzamentos conceptuais incluídos já na terceira grande secção do quadro.

6. Memória coletiva, simbolização, mobilização política

Não surpreenderá que, ao abordar questões relativas aos problemas da referenciação simbólico-ideológica do espaço, nomeadamente o que nela remete para a distinção entre “memória-hábito” (partilhada espontaneamente na e pela prática social) e memória coletiva (meta-memória exogenamente induzida), António Teixeira Fernandes invoque o que a seu respeito disseram os clássicos da Sociologia (Fernandes, 2016, 67 e sgs.). Pertencem de facto, por exemplo, a Émile Durkheim e Maurice Halbwachs algumas das mais inspiradoras referências ao modo como as formas espaciais se transmutam nos processos de perceção, simbolização e ritualização social. Weber, por outro lado, não deixou de lembrar até que ponto o Estado-Nação, associando memória e territorialidade, se constitui em lugar privilegiado da identidade coletiva e da continuidade histórica.

A análise das dinâmicas sociais de produção de identidades culturais locais tem revelado o papel que nelas assumem depuradas representações sobre lugares e sítios construídas por instâncias influentes do poder simbólico que, no entanto, lhes são, no plano vivencial, exteriores. Produz-se, não raramente, em tais circunstâncias o que António Firmino da Costa designou como “efeito de sobreposição desfocada” de imagens identitárias: as que provêm de memórias e vivências do grupo sobre o espaço local; e as que resultam de uma produção exógena de imagens relativas a esses espaços (identidades inventadas e outorgadas) (Costa, 1999, Primeira Parte).

Levando a uma reconstrução (fictícia) do passado, e, nessa medida, literalmente, a uma invenção de tradições, a memória coletiva intervém frequentemente na defesa de interesses presentes, participando no processo de reprodução conservadora de desigualdades sociais. O que não impede que, em contextos socio-territoriais e existenciais específicos, nomeadamente os que se encontram submetidos a duros e reiterados processos de estigmatização/demonização, ela também possa constituir-se em recurso mobilizável pelos grupos sociais mais frágeis numa perspetiva emancipadora. Na verdade, não é apenas enquanto objeto de intervenções do Estado ao nível das chamadas “políticas territoriais”, que o espaço físico entra no domínio da política. O mesmo acontece, embora por outras vias, quando, no contexto de lutas pelo direito à habitação, pela preservação histórico-patrimonial de lugares, pela defesa da qualidade ambiental, está em causa definir e pôr em prática estratégias de contestação/inversão da ordem socio-espacial estabelecida.

Os estudos sociológicos aprofundados sobre intervenções urbanísticas e habitacionais em espaços marginalizados vêm sugerindo que, neste domínio, os dados nunca estão inteiramente lançados. E isso não só por ser complexa e muito variada a rede de relações funcionais e de poder que sempre sustenta as ações da burocracia estatal em causa, mas ainda por se constatar que a relação dos destinatários destas políticas com o Estado nada tem de linear, implicando, isso sim, níveis muito diferenciados de envolvimento dos mesmos em relação às decisões que lhes dizem respeito: desde a mobilização política sustentada, num extremo, à dissidência atomizada, no outro extremo, passando por gradações intermédias e instáveis de comprometimento cívico (Queirós, 2015).

7. Nota final

Ter-se-á verificado, pela leitura do texto que agora termina e pelo exame do guia conceptual panorâmico que lhe foi associado, que o objetivo de apresentar aqui um esboço do que pode ser um trabalho fecundo e realista de problematização do espaço físico pela Sociologia não impediu a menção a elementos de teorização e procedimentos observacionais reportados a outros quadros disciplinares. A aproximação nada tem de accidental. O que se procurou, através dela, foi insistir na ideia - tantas vezes enunciada, tantas vezes recalçada - de que é possível e vantajoso, a propósito de objetos/problemas sociais bem delimitados, convocar perspectivas teórico-metodológicas com enraizamento intelectuais e práticas disciplinares diversas. E isso tanto mais quanto melhor se conhecer a génese dos instrumentos convocados e mais integrado for o trabalho de compatibilização das disponibilidades conceptuais que lhes são próprias. Ao assinalar pontos de convergência pluridisciplinar referenciados “cartesianamente” a domínios substantivos específicos, por um lado, e a tomadas de posição teórica com “intensidade” conhecida, por outro, pretendemos mostrar que a referida integração pode, ainda que, ou desde que, conduzida em pequenos passos, ser alcançada. Talvez seja esta, por ora, a interdisciplinaridade possível.

Referências

- Almeida, João Ferreira (1986). *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira (2013). *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Barwise, Jon e Perry, John (1983). *Situations and attitudes*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Bourdieu, Pierre (1993). « Effets de lieu ». In Pierre Bourdieu (dir.), *La misère du monde* (pp. 159-167). Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (2000). *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil.
- Carmo, Renato Miguel do e Cantante, Frederico (2010). “Múltiplas dualidades: o efeito território nas desigualdades de remuneração”. In Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores* (pp. 229-240). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Carmo, Renato Miguel do (2014). *Sociologia dos territórios. Teorias, estruturas e deambulações*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da (1999). *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, António Teixeira (2016). *Olhares contrastantes sobre a democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fuller, Steve (2008). “Conatus”. In Michael Grenfell (ed.) *Pierre Bourdieu. Key concepts* (pp. 171-181). Stocksfield: Acumen.

- Gleitman, Henry (1999). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, Erving (1983). The interaction order, *American Sociological Review*, 48, pp. 1-17.
- Hardy, Cheryl (2008). “Hysteresis”. In Michael Grenfell (ed.) *Pierre Bourdieu. Key concepts* (pp. 131-148). Stocksfield: Acumen.
- Harris, Mike G. (1995). “Perception”. In Clive Hollin (ed.), *Contemporary Psychology. An introduction* (pp. 3-24). Londres/Bristol, Taylor & Francis.
- Hirschman, Albert (1970). *Exit, voice and loyalty*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press.
- Hirschman, Albert (1986). *Vers une économie politique élargie*. Paris : Les Éditions de Minuit.
- Lawson, Tony (1994). « A realistic theory for Economics”. In Roger E. backhouse (ed.), *New directions in economic methodology*, pp. 257-285.
- Monteiro, Bruno e Queirós, João (2009). Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses da Construção Civil, *Configurações*, 5/6, pp. 143-173.
- Pereira, Virgílio Borges e Queirós, João (2008), Estado, alojamento e a “questão social”, In *Colóquio Modos e Figuras do Habitar*. Porto, FLUP (policopiado).
- Pereira, Virgílio Borges e Pinto, José Madureira (2012). Espace, relations sociales et culture populaire dans le cœur ancien de la ville de Porto, *Sociétés Contemporaines*, Paris, 86, 115-134
- Pinto, José Madureira (1981). Solidariedades de vizinhança e oposições de classe, *Análise Social*, Lisboa, 66, 199-219
- Pinto, José Madureira (2000). Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, 19/20, 5-37
- Pinto, José Madureira (2012), “Instituições, disposições e práticas. O caso da produção de habitação”. In Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.), *A constituição social da economia* (pp. 81-121). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Pinto, José Madureira (2014). “New economy, migration and social change: the impact on religion”. In Helena Vilaça, Enzo Pace, Inger Furseth e Per Petterson (eds.), *The changing soul of Europe. Religions and migrations in Northern and Southern Europe*. Farnham: Ashgate, pp. 25-46.
- Pinto, José Madureira e Queirós, João (2010). “Processo de urbanização e dinâmicas migratórias”. In José Madureira Pinto e João Queirós (orgs.), *Ir e voltar. Sociologia de uma colectividade local do noroeste português (1977-2007)*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 231-260.
- Queirós, João (2015). *No centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rea, Andrea e Tripier, Maryse (2008). *Sociologie de l’Immigration*. Paris: Éditions La Découverte.
- Reboul, Claude (1977). Déterminants sociaux de la fertilité des sols, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 17-18, pp. 85-112.
- Retière, Jean-Noël (2003). Autour de l’autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire, *Politix*, 63, 121-143.
- Siblot, Yasmine, Cartier, Marie, Coutant, Isabelle, Masclet, Olivier e Renahy, Nicolas (2015). *Sociologie des classes populaires contemporaines*. Paris: Armand Colin.